

Lênin, imperialismo e revoluções

Valério Arcary¹

Resumo

Lenin foi o primeiro marxista a avaliar que tinha se aberto com o imperialismo – que não era só uma política, mas uma nova era econômica do metabolismo do Capital - uma época histórica de apogeu e, ao mesmo tempo, hegelianamente, de decadência do sistema: uma época de transição, portanto, de guerras e revoluções. As crises econômicas do capitalismo diminuiriam - ou até impediriam – as margens de negociação de concessões aos trabalhadores. A época das reformas teria ficado no passado. A história sancionou ou não esta perspectiva?

“Kautsky dissimula a profundidade das contradições do imperialismo e a inevitabilidade da crise revolucionária que este engendra (...) O imperialismo é a ante-sala da revolução social do proletariado. Isto foi confirmado, em uma escala mundial, em 1917”. (Lenin)

“O problema de se ao pensamento humano corresponde uma verdade objetiva não é um problema da teoria, e sim um problema prático. É na prática que o homem tem que demonstrar a verdade”. (Marx)

“A verdade é filha do tempo” (Bacon).

O argumento deste artigo contraria a opinião dominante sobre a época histórica em que vivemos que defende que o capitalismo oferece uma perspectiva de progresso para a civilização. Na etapa que vai da derrota do nazi-fascismo à restauração capitalista, iniciada com o programa das quatro modernizações de Deng Xiao Ping em 1978 e com a perestroika de Gorbachev em 1985, a visão campista foi majoritária na esquerda, e pensava que a coexistência pacífica negociada entre Moscou e Washington favorecia uma transição ao socialismo. Quando a crise da URSS se manifestou em toda a sua intensidade depois de 1991, até mesmo entre socialistas encontramos uma maioria que passou a defender que o capitalismo teria demonstrado superioridade histórica na capacidade de desenvolver forças produtivas. A crise catastrófica da URSS obscureceu a crise do capitalismo.

Um bom critério para ordenar debates entre marxistas é reconhecer que existem discussões que a história resolveu, e outras que permanecem inconclusas. O tempo demonstrou, por exemplo, que a ex-União Soviética não estava em transição ao socialismo. Fosse qual fosse a natureza das relações sociais daquele modo de produção pós-capitalista, uma controvérsia histórica e teórica que foi, em seu tempo, decisiva – Estado socialista ou

¹ Professor do CEFET/SP, doutor em História Social pela USP.

operário ainda, mas burocraticamente degenerado, Estado burocrático, uma variante de capitalismo de Estado, ou outras – não restam dúvidas que a União Soviética não estava construindo uma sociedade mais igualitária. Confirmou, também, que uma parcela majoritária da casta burocrática dirigente era restauracionista. Não é razoável continuar polemizando, quinze anos depois, se a maioria dos quadros dirigentes do ex-PC da URSS era ou não restauracionista, pela simples evidência de que, não só a URSS deixou de existir – por iniciativa de uma parcela dos seus líderes - como a restauração capitalista já se completou. Tampouco se podem ignorar as seqüelas devastadoras que a restauração capitalista teve, não só sobre os partidos comunistas e seus aliados, mas sobre o próprio movimento revolucionário.

Ocupa o mesmo lugar a querela entre socialistas sobre a estratégia. Se através de reformas do capitalismo fosse possível uma passagem para o socialismo parece incontornável que, em alguma sociedade, em qualquer das inúmeras experiências em que forças se reivindicando socialistas chegaram ao poder através de eleições, já se teria pelo menos iniciado uma transição pacífica. Um balanço razoável deveria admitir que não faltaram as tentativas. Afinal, há muito que a maioria dos que se reivindicaram marxistas, em todo o mundo, aderiram a alguma variante de estratégia reformista.

Constatemos, portanto, duas conclusões irredutíveis: todas as experiências revolucionárias anticapitalistas, por maiores que foram suas conquistas iniciais, viram os esforços de transição socialista bloqueados. Ou porque a vaga revolucionária mundial em que estavam inseridos foi derrotada, ou porque triunfaram em países econômica, social e culturalmente muito atrasados, ou pelo seu isolamento nacional, ou por estas e outras razões. Por outro lado, todos os governos de colaboração de classes que chegaram ao poder através de eleições, tanto nos países centrais quanto na periferia dependente, e que respeitaram os limites da legalidade constitucional de seus Estados – isto é, pouparam a propriedade privada dos monopólios - tampouco conseguiram qualquer êxito em construir uma passagem ao socialismo, ao contrário, contribuíram com a administração do capitalismo.

O primeiro a defender que a época de reformas do capitalismo tinha se esgotado foi Lênin, e o fez quando esse vaticínio prospectivo era ademais de audacioso, no mínimo, temerário. Quando da precipitação da I guerra mundial, Lênin concluiu que, à ruína da política de paz armada entre as potências – expressão da crise da supremacia inglesa - correspondia o fim do longo período de reformas ou concessões do capitalismo ao movimento operário, que datava da derrota da Comuna de Paris. Expliquemo-nos antes de avançar: todo e qualquer sistema social vive sempre diante da necessidade de realizar mudanças, ou ver suas contradições se acentuarem, e se fragilizarem. Nem todas as mudanças, todavia, merecem serem consideradas reformas. No contexto desta discussão, por reformas devem se entender aquelas mudanças que permitem uma maior distribuição de renda, uma

diminuição das desigualdades sociais, a ampliação das liberdades democráticas e dos direitos sociais e culturais da maioria da sociedade.

Lênin avaliou que tinha se aberto com o imperialismo – que não era só uma política, mas uma nova era econômica do metabolismo do Capital - uma época histórica de apogeu e, ao mesmo tempo, hegelianamente, de decadência do sistema: uma época de guerras e revoluções. Nessa perspectiva, as crises do capitalismo deixariam de ser abalos cíclicos regulares, por certo destrutivos, mas compensados por fases de crescimento relativamente rápidos e vigorosos. As crises seriam cada vez mais intensas e mais freqüentes, e as necessidades da recuperação da taxa média de lucro exigiriam uma elevação da massa de mais-valia extraída do trabalho, diminuindo - ou até impedindo – as margens de negociação de concessões. A história sancionou ou não esta perspectiva?

Um balanço do primeiro vaticínio exige algumas observações. A primeira metade do século XX foi uma inescapável confirmação do cenário histórico antecipado por Lênin. Se o horror da Primeira Guerra Mundial consumiu algo próximo a dez milhões de vidas, a Segunda superou dramaticamente os 50 milhões. As proporções destrutivas colossais das guerras mundiais do século XX deixam as comparações históricas com as guerras dos séculos anteriores sem sentido. Nessa primeira metade do século, a ordem mundial foi convulsionada, também, por três vagas revolucionárias internacionais que pareciam ameaçar até a sobrevivência do capitalismo: a primeira teve seu epicentro em Petrogrado e Moscou, mas se alastrou para Budapeste, Viena e Berlim, antes de ser derrotada. A segunda, na seqüência da grande depressão de 1929, viveu seus momentos decisivos em Berlim, e suas páginas mais heróicas nas trincheiras da guerra civil espanhola. A terceira - e talvez a maior - foi aquela que sacudiu todo o continente europeu depois da derrota alemã em Stalingrado, unindo desde os partizans sérvio-croatas aos maquis franceses, as resistências grega e italiana, colocando muitos milhões em luta em uma dimensão internacionalista jamais antes vista.

Depois da derrota do nazi-fascismo, na etapa político-histórica entre 1945 e 1989, os imperialismos concertaram entre si uma nova paz armada. Acochado pelo perigo de outras ondas revolucionárias – temendo outros Outubros - o capital conseguiu consolidar um pacto político que evitou novas deflagrações de belicismo destrutivo inter-imperialista de conseqüências imprevisíveis. Ao prever guerras Lênin não excluía, evidentemente, que existiriam períodos de tréguas. Mas, admitamos, a segunda metade do século foi muito diferente da primeira, no que diz respeito à competição entre os impérios. Resolvida a disputa com a Alemanha, as classes burguesas à frente dos Estados imperialistas retiraram suas lições históricas, e concertaram um pacto político para bloquear a expansão da revolução. Sabemos, hoje, em que medida a consolidação da supremacia norte-americana durante a etapa pós-1945 permitiu evitar novas guerras mundiais: diante da vaga revolucionária ao final da Segunda Guerra, o acordo com a URSS dividiu o mundo em áreas

de influência, e a aliança estratégica com o Japão, fundamentada em crescente complementaridade econômica, congelou as disputas dos monopólios pelo controle do mercado mundial, exaurido, também, pela extensão de uma vaga de descolonização que mudou o mapa do mundo. A Europa semi-destruída materialmente e politicamente exausta, acossada pela necessidade de um pacto social com suas classes trabalhadoras, aceitou um papel secundário no Sistema Internacional de Estados.

Guerras não deixaram de acontecer, por suposto, sempre que a defesa da dominação colonial exigiu intervenções: na Coreia e Vietnã, nos anos cinquenta e sessenta, por exemplo, ou no Afeganistão e Iraque, mais recentemente. Além de uma política, a indústria da guerra obedece a necessidades econômicas. Contrariando muitas análises dos anos noventa, a produção de armas não diminuiu depois da restauração capitalista na ex-URSS². As guerras não assumiram mais, contudo, a forma de uma disputa inter-imperialista. Alguns chegaram a concluir, em nossa opinião apressadamente – como Hardt e Negri - que a etapa do ultra-imperialismo, uma dominação mundial dos monopólios – uma globalização do próprio capital para além das fronteiras nacionais - sugerida originalmente por Kautsky, teria finalmente chegado, só que atrasada de meio-século, na forma de um domínio das grandes corporações que teriam perdido os laços de lealdade com seus Estados nacionais.

Uma época de revoluções

Podemos nos perguntar, no entanto, se o segundo aspecto da previsão, a abertura da época da revolução socialista, teria ou não sido confirmada. Admitamos que esse prognóstico foi de uma ousadia teórica considerável. Na época contemporânea, reforma e revolução foram as duas formas dos processos de transformação política. No entanto, prever que as revoluções seriam cada vez mais frequentes – ou que as reformas seriam cada vez mais excepcionais - exigia uma apreciação das dinâmicas econômico-políticas em uma escala de longa duração que avançava muito além de uma análise de conjuntura.

Todas as sociedades estiveram confrontadas, evidentemente, em algum momento de sua história, com a necessidade imposterável da mudança. Inúmeras circunstâncias foram invocadas pelos historiadores para explicar porque predominaram ora os métodos reformistas, ora os revolucionários, para realizar a transformação político-social. Resumindo brutalmente: para alguns, em épocas de prosperidade, em que a recuperação da taxa média de lucro estimula os investimentos, o crescimento econômico sustentado favoreceu, tendencialmente, as reformas, isto é, as mudanças que

² Em 2003, segundo estudo de um respeitado Instituto de Estocolmo (Sipri) recentemente divulgado, os gastos militares consumiram US\$956 bilhões, o que equivale a 2,7% do PIB planetário. Só os EUA são responsáveis por 47% dessas despesas, ou seja, US\$417 bilhões em 2003. No Brasil, uma fascinante tese de doutorado explora o tema com uma contextualização marxista (Dantas...).

conservam, desencorajando revoluções. Para outros, as reformas foram iniciativas, fundamentalmente, preventivas diante do perigo da revolução social: o perigo de novas Comunas de Paris entre 1871 e 1914, ou o perigo de novos Outubros depois de 1917.

Já as crises, quando não encontram uma solução antecipatória de neutralização, precipitam as catástrofes que deixam a sociedade grávida da revolução. O vaticínio de Lênin parece ter passado, surpreendentemente, a prova dos acontecimentos. Não eram pequenas, no entanto, as margens de erro envolvidas quando foi feito. Afinal, o mais comum em previsões é a projeção para o futuro das tendências predominantes na fase histórica anterior e, portanto, a subestimação das descontinuidades, das fraturas, das inversões. Kautsky, por exemplo, afirmava ainda em 1910:

Temos visto que em geral os marxistas não se mostraram tão maus profetas como se tem pretendido fazer crer; é verdade que alguns deles têm-se equivocado sempre até aqui em um ponto, isto é, quando se tratou de determinar o momento em que se produziriam grandes lutas revolucionárias e deslocamentos de forças consideráveis no terreno político em favor do proletariado(...) Nas últimas décadas não se deram de uma só vez as citadas condições (para uma situação revolucionária), pelo menos na Europa Ocidental. O proletariado não formava a maioria da população, e o Partido Socialista não era o partido mais forte (Kautsky, 1979: 53-4).

Uma das características pouco ressaltadas do método marxista, que provoca urticária em toda a tradição empírico-positivista, é a defesa da indivisibilidade da apreciação histórica da análise política do presente, e suas articulações com os cenários mais prováveis. Esses planos cruzados não devem se separar. Onde não há previsão, não há ciência. Antecipar-se às tendências mais prováveis dos acontecimentos é vital, e coloca as forças da revolução em condições invejáveis de vantagem comparativa em relação as forças da ordem. Em uma palavra, prever e agir em coerência não é diletantismo. Kautsky, de novo, fazia um balanço oposto ao de Lênin no livro *O caminho do poder*, desaconselhando expectativas revolucionárias vãs:

Além disso, a insegurança que reinava antes de 1870 nos grandes Estados da Europa desapareceu depois desta época, exceto na Rússia. Os governos consolidaram-se, ganharam em força e estabilidade. Cada um deles, enfim, soube fazer crer à nação que representava seus interesses. É assim justamente como no começo da época que viu nascer um movimento operário durável e autônomo, isto é, desde 1860, as probabilidades de uma revolução política diminuíram cada vez mais durante certo tempo, enquanto o proletariado, que cada vez mais tinha necessidade desta revolução e a imaginava semelhante às revoluções realizadas depois de 1789, a esperava em um futuro próximo (Kautsky, 1979: 53-4).

Escrever sobre Lênin é escrever, portanto, sobre revoluções. E revoluções são controversas. Temidas como um excesso da vontade, um exagero de anseios, enfim, um abuso da política, um assombro ou até um aborrecimento - uma vingança da História - as revoluções foram satanizadas pelos poderosos, e pela historiografia reacionária. Tomar os destinos coletivos de assalto, a essência do projeto emancipador do socialismo, pode parecer perturbador. Oitenta anos depois de Lênin, o desafio permanece uma aventura diante do futuro, uma espera suspensa no tempo. Afinal quanto mais velas, menos esperança, quanto mais anos, mais desalento, quanto mais tempo, menos urgência. Elas são, todavia, as esquinas perigosas da História. Em que medida o vaticínio de Lênin prevendo um século de guerras e revoluções, passou na prova da História?

A questão da mudança está no encontro de interesses da História com o marxismo. Os desencontros do marxismo com a revolução não foram, no entanto, pequenos. Marx tinha previsto a abertura de uma época revolucionária na segunda metade do século XIX, quando ocorreu uma vigorosa expansão do sistema capitalista, surpreendendo os socialistas europeus, que viram os sindicatos e partidos influenciados pelo marxismo serem os bem sucedidos instrumentos de luta pela conquista de reformas como a redução das jornadas de trabalho, e a conquista do direito de voto.

No início do século XX, Bernstein concluiu que Marx tinha se equivocado, e vaticinou que a época de reformas tinha vindo para ficar, sugerindo que as tempestades revolucionárias não eram mais necessárias, porque a ampliação dos direitos democráticos permitia fundamentar uma estratégia de mudança gradualista. Quis a ironia da História que, quando a maioria dos marxistas se converteu ao reformismo, se abriu uma etapa revolucionária que culminou com a vitória da revolução de Outubro na Rússia dos Czares. Lênin sugeriu que Outubro não seria excepcional e, por isso, se lançou ao projeto de construção da III Internacional.

Depois de 1929, no entanto, quando o capitalismo viveu uma terrível década de depressão profunda que parecia sinalizar a sua ruína, as duas maiores correntes do movimento socialista, os partidos socialistas herdeiros da socialdemocracia e os partidos comunistas leais a Moscou convergiram, apesar das diferenças históricas provocadas pela revolução russa, em uma frente comum em defesa do campo democrático e de reformas do capitalismo. Na seqüência da Segunda Guerra Mundial, enquanto a vaga revolucionária mais generalizada da história se desenvolvia na periferia do sistema e redesenhava o mapa do mundo, o capitalismo nos países centrais se reconstruía, estendendo direitos e negociando reformas, que foram as bases materiais do pacto social que alicerçou três décadas de crescimento econômico. Foi a “etapa de ouro” do reformismo, os chamados “trinta gloriosos”. Quando este crescimento se esgotou, em meados dos anos setenta, e o custo e o tamanho do Welfare State exigiu o ajuste fiscal do neoliberalismo, os reformistas contemporâneos renunciaram ao programa keynesiano, e aderiram às políticas sociais compensatórias, enquanto uma

parte dos marxistas revolucionários, que tinham resistido durante décadas ao isolamento social e à marginalidade política, depois da restauração capitalista na ex-URSS, se convertiam ao keynesianismo.

Três programas de reformas

Embora a permanência das relações sociais e a conservação ou a estabilidade dos regimes políticos concentrem a preocupação das classes dominantes, o tema da transformação deve ser o foco da História. No entanto, a expectativa ou mesmo a percepção da mudança foi, predominantemente, senão reduzida pelo menos atrasada. As transformações com formas gradualistas, como no pós-guerra nos países centrais, predominaram enquanto reformas substantivas foram exequíveis, ou seja, quando conquistadas - na forma de extensão de direitos - eram cedidas, ou porque um quadro geral de crescimento econômico se confirmava, ou porque o perigo de novas crises revolucionárias aconselhava a concertação.

Sempre que as reformas foram adiadas as sociedades contemporâneas recorreram, mais cedo ou mais tarde, à revolução. Sem o conteúdo reformista das concessões nas relações sociais, como nos países centrais no pós-guerra, o processo evolutivo e negociado das relações políticas parece vir perdendo a sua viabilidade, como confirmam as crônicas instabilidades dos regimes democrático-liberais na América Latina – Equador, Argentina, Venezuela e Bolívia - dos últimos cinco anos. É possível prever, contudo, quando as circunstâncias históricas beneficiaram as reformas, ou quando as obstaculizaram. Em outras palavras, está ao alcance da História prever se, no próximo período, revoluções seriam mais prováveis? Quando e como foram possíveis mudanças por reformas, e por quê, em outras circunstâncias, as transformações exigiram revoluções? Quais seriam os prognósticos sobre a probabilidade de reformas progressivas, portanto, distribuidoras de renda, e reduzidoras da desigualdade social?

O primeiro reformismo inspirado no marxismo foi o de Bernstein, o protagonista da polêmica sobre o revisionismo, que sistematizou um programa a partir da experiência alemã e dos “possibilistas” franceses. Defendia o socialismo, isto é, a socialização da propriedade privada e a regulação econômica pelo planejamento, embora condicionasse a transição a uma estratégia de radicalização democrática através da extensão do sufrágio universal. Nas suas palavras:

La frase (...) que Plejánov me echa en cara, dice que si se abandona la afirmación de que la situación del obrero en la sociedad moderna no tiene esperanza, el socialismo pierde sus estímulos revolucionarios y termina por dedicarse a un programa de reivindicaciones legales (...) Plejánov (...) me coloca entre los “adversarios del socialismo científico”, porque no juzgo desesperada la situación del obrero y porque acepto la posibilidad de mejorarla y algunos otros hechos comprobados por los economistas burgueses. Una teoría o una declaración de principio que no es suficientemente amplia como para permitir, en cada etapa de su desarrollo,

percibir los intereses inmediatos de la clase trabajadora, siempre se verá combatida; del mismo modo que toda renuencia a trabajar por las pequeñas reformas y a aceptar el apoyo de los partidos burgueses más cercanos se ha dejado sistemáticamente en el olvido (Bernstein, 1982: 261).

Depois da Segunda Guerra, no entanto, a social-democracia europeia, em especial a alemã, passou-se com armas e bagagens para o campo da reconstrução capitalista, abandonou todas as veleidades a um programa socialista, e aderiu a uma versão de keynesianismo social, aceitando a economia dos grandes monopólios, mas defendendo uma regulação social do mercado. Inspirados na experiência escandinava propunham uma intervenção fiscal do Estado que garantisse políticas públicas universais de extensão de direitos, como a educação e saúde pública, ou a seguridade social.

Em meados dos anos oitenta, na seqüência de Reagan e Thatcher, quando a recessão mundial demonstrou que o impulso do pós-guerra tinha se esgotado, e a pressão capitalista exigiu choques de austeridade fiscal cada vez mais rigorosos, a social democracia renunciou ao keynesianismo. Na França, Mitterand diante de seu segundo mandato após 1988, convocou os economistas e sociólogos da escola da regulação. Foi a fase da nostalgia do fordismo, na feliz expressão de Rui Braga:

A chegada da Frente Popular e, conseqüentemente, do campo progressista – a burguesia modernizadora incluída – ao poder, em 1981, oferece aos regulacionistas a ocasião para abandonar uma outrora posição de ‘críticos esclarecidos’ do sistema em favor de uma outra: a de ‘conselheiros do príncipe’(...) Afinal, as possibilidades inauguradas pelo horizonte de um ‘campo progressista’ dirigindo o Estado não podem ser desperdiçadas. Inscrito nas premissas o reformismo reestrutura suas narrativas originais. A ‘guinada harmonizadora’ não é desinteressada. Na verdade, trata-se da necessidade imperiosa de imaginar um novo compromisso social positivo fundado sobre (...) um novo modelo social (Braga, 2003: 54).

Na Inglaterra, Blair passou a defender a Terceira Via para o New Labour: nem o Thatcherismo nu e cru, nem o estatismo interventor, uma espécie de neoliberalismo, porém, “com desconto” com as políticas sociais compensatórias ou focadas, no lugar das políticas públicas universalistas de educação, saúde e previdência. Na Alemanha, depois, veio Schroeder e o seu Neue Mitte, o novo centro, uma versão germânica de renúncias aos excessivos gastos do Welfare State, com redução das políticas públicas para a escala de programas focados de proteção aos excluídos.

Tomemos como exemplo o Brasil. Durante os últimos vinte e cinco anos, a maioria da esquerda apostou em uma estratégia política - a conquista do poder - e reformista-eleitoral, no método, para a transformação da sociedade. Ao contrário do que tantas vezes foi repetido, o programa do PT, mesmo o da sua fundação nunca foi além da perspectiva reformista. Ocorre

que o reformismo foi mudando e reduzindo suas ambições ao longo do século vinte. O retrocesso programático que a social-democracia europeia levou cem anos para completar, o núcleo dirigente do PT realizou em menos de vinte.

O PT chegou ao poder em 2002 e o balanço é desolador. As prometidas reformas foram arquivadas, enquanto um ajuste fiscal ainda mais severo que o do governo FHC sugere que os limites para concessões às massas trabalhadoras do capitalismo contemporâneo são cada vez mais estreitos, mesmo em um país da periferia que tem um estatuto de inserção relativamente privilegiada no mercado mundial. A indiscutível incapacidade de Governos como o de Walesa, Mandela e Lula de recuperar o papel do Estado como fomentador de direitos entendidos às massas populares dos países do centro duas gerações atrás, indica que estaríamos em uma época de “reformismo sem reformas”. A instabilidade dos regimes democrático-liberais no continente – Equador, Bolívia, Argentina e Venezuela passaram neste início de século por situações revolucionárias – repousa nesta contradição: o fim do ciclo das ditaduras nos anos sessenta e setenta coincidiu com o fim da etapa de crescimento do pós-guerra. Duas décadas de eleições coincidiram com duas décadas de estagnação: o choque das dívidas externas e o conflito distributivo estiveram na raiz das pressões inflacionárias dos anos oitenta, e a estabilização monetária só foi possível à custa de um arrocho social regressivo nos anos noventa.

O desafio da História é oferecer uma contextualização para esse impasse. A vocação dos partidos reformistas seria fazer as reformas. Se elas, entretanto, deixaram de ser possíveis por vias gradualistas é porque se desenvolveram novas condições que impedem a concertação. A negociação de um pacto social sério exige que sejam feitas concessões, ou seja, que o capital aceite elevar a distribuição de renda, e diminua a sua participação na divisão da riqueza nacional em função do aumento da participação do trabalho. Ocorre que para os investimentos estrangeiros as duas principais vantagens comparativas do Brasil entre os países da periferia, em especial na América Latina, são os seus baixos salários e o seu mercado interno de vinte milhões de consumidores de bens duráveis. Um pacto social durável apoiado na ampliação do mercado interno só seria possível se o Estado ampliasse seus gastos sociais com emprego, educação, saúde, transportes coletivos, previdência, isto é, se abrandasse o peso da rolagem dos juros das dívidas externa e interna. Essa perspectiva parece inaceitável para os credores e para o FMI.

Um “feliz 2006” com a reeleição não parece, portanto, muito animador. Daí que o apelo das ONG’s venha ganhando mais audiência, sobretudo entre a juventude. Se não podemos fazer as reformas por cima em grande escala, em função da “morte da política” ou da crise das “ideologias”, porque não começar a fazê-las aqui e agora, por baixo? Se não conseguimos mudar o Brasil, porque não mudar uma escola ou ajudar uma comunidade?

Se não conseguimos diminuir o desemprego no país, porque não organizar uma cooperativa de produção e impulsionar a economia solidária?

Pequenas reformas e ilusões perigosas

A saída oferecida pelo programa das ONG's – o “small is beautiful” – não é um retrocesso ao vigoroso otimismo dos reformistas do início do século XX, mas ao programa pré-marxista do início do XIX. O cepticismo com o fracasso do reformismo contemporâneo, explica a ressurreição do programa pré-político da infância do movimento socialista. No lugar da luta contra o capitalismo ou da estratégia da sua reforma, surge a perspectiva incomparavelmente mais modesta de oferecer os serviços de assistência social que o Estado já não está mais disposto a arcar. A estratégia das ONG's tem se revelado, contudo, tão impotente quanto o eleitoralismo do reformismo sem reformas. Os limites do voluntarismo se chocam diante da escala da tragédia social. Mesmo admitindo-se que alguns programas sociais tenham alcançado seus fins, a questão de fundo permanece insolúvel: enquanto, por exemplo, cinquenta crianças estavam sendo beneficiadas pela atenção de um projeto de voluntários militantes, outras milhares que estavam, até então, atendidas pela suas famílias, viram suas vidas desmoronar em função do agravamento do desemprego. A falência não é do Estado, o “mau gestor”, mas do capital, que precisa diminuir a carga fiscal para recuperar as margens de lucro. Ao contrário das ilusões correntes, o lugar do Estado nunca foi tão central – a rigor, insubstituível - como nas sociedades complexas do capitalismo contemporâneo. Parafraseando Lênin, “fora do poder, tudo é ilusão”.

O poder nunca existiu, por suposto, como uma abstração. Ele se expressou de forma objetivada na forma de Estados, regimes e governos, para não insistir na força das relações econômico-sociais que materializam relações de propriedade. No entanto, alguns Estados em algumas circunstâncias históricas foram mais permeáveis à mudança do que outros. Depois do terremoto da Comuna de Paris, a Alemanha do final do século XIX sob Bismarck, ou a França sob Jules Ferry estenderam o acesso à escola pública gratuita. No meio século “longo” que vai da derrota das revoluções de 1848 até à I guerra mundial a jornada de trabalho foi reduzida em, praticamente, toda a Europa, enquanto os salários médios continuaram subindo. Um processo semelhante de conquista de novos direitos ocorreu nos trinta anos do pós-guerra. Mas, há pelo menos trinta anos uma outra tendência vem se afirmando. Os direitos vêm sendo reduzidos, e a geração de trabalhadores que chega à vida adulta pode se perguntar se não irá perder as conquistas da geração anterior.

As instituições que exercem o poder sempre resistiram às mudanças, apoiadas nas forças de inércia histórica. A dialética das mudanças por reformas ou por revoluções só pode ser plenamente compreendida, se considerarmos o processo sob a perspectiva das lutas de classes e das flutuações das relações de força. Na história contemporânea, foi o perigo do

triunfo de revoluções que abriu o caminho para as reformas. Só quando o impulso das revoluções anti-aristocráticas vitoriosas já tinha aberto o caminho, e a prosperidade econômica permitia reformas duradouras e, em conseqüência, a legalização e integração eleitoral dos partidos da classe trabalhadora – o Labour na Inglaterra, o SPD de Bebel e Katsky na Alemanha e o PS de Jaurés e Millerand na França - a estabilidade política confortável para o capital foi possível, e a extensão do direito de voto foi concedida, ainda assim pouco a pouco. As passagens gradualistas do Estado feudal absolutista aos modernos Estados capitalistas democrático-liberais foram uma articulação das velhas classes proprietárias com as novas frações burguesas, na aurora da época imperialista, em um contexto de neutralização do impulso anti-capitalista do proletariado. Cinquenta anos depois da virada do XIX para o século XX, o capital retirou lições do terremoto de 1929. Acochado pelo perigo de contágio revolucionário da vaga de resistência anti-fascista na Europa, e pela resistência da classe trabalhadora no Japão, e favorecido pela fase de crescimento econômico sustentado no pós-1945, aceitou a negociação de pactos sociais com o mundo do trabalho, em especial nos países do centro do sistema.

No entanto, no início deste novo século, quando os ciclos econômicos são mais curtos, e as crises, como entre 2000 e 2003, trazem a deflação e se manifestam na redução abrupta da produção e do consumo, o espaço para reformas quando não é suprimido, como nos países em vias de recolonização como o Brasil, é seriamente reduzido. Surgem, ao contrário, as contra-reformas para garantir a rentabilidade e segurança do capital.

Bibliografia

- BACON, F. (s/d). "Novum Organum", livro I, parágrafo LXXXIV, *apud*, COLLINGWOOD, R. *A Idéia de História*, São Paulo: Martins Fontes.
- BERNSTEIN, E. (1982). *Las premisas del socialismo y las tareas de la socialdemocracia: problemas del socialismo: el revisionismo en la socialdemocracia*. México: Siglo XXI.
- BRAGA, R.(2003). *A Nostalgia do Fordismo*. São Paulo: Xamã.
- DANTAS, G. (.....). *Contradições e papel da economia armamentista norte-americana na crise capitalista: sua relação com o impasse latino-americano (alguns elementos teóricos)*. Brasília: UnB. Tese de doutorado em Ciências Sociais.
- KAUTSKY, K. (1979). *O caminho do poder*. São Paulo: HUCITEC.
- LENIN, V. L. (1966). "O Imperialismo, Estágio Superior do Capitalismo". In: *Obras Escogidas*. Moscou: Editorial Progreso.
- MARX, K. (s/d). "Teses sobre Feuerbach". In: *Obras Escolhidas*. São Paulo: Alfa-Ômega